



1969

CRISE

ACADEMICA

DE COIMBRA

ALBERTO MARTINS:

## Centro da luta transferiu-se da Associação para a Universidade

1. Maio de 68 em França é a expressão real, e simbólica, de um movimento social profundo que se revela em crise com o modelo civilizacional de uma sociedade em plena euforia de crescimento.

O corte no processo histórico que, então, se verifica é a expressão sismica dessa desarmonia, a qual traz à superfície os limites de um modo de viver colectivo, da gestão democrática, da qualidade de vida, do respeito pelas minorias, do relacionamento entre o homem e a natureza, do conflito entre as nações.

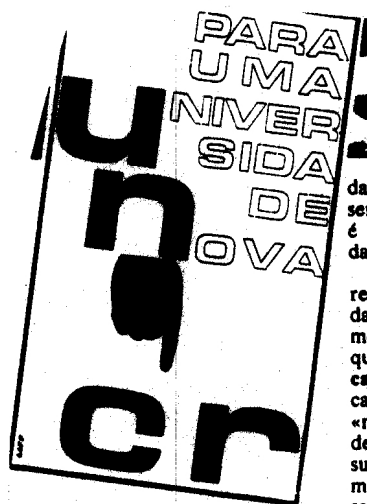
Em fins da década de 70 há em Portugal, diversamente, uma ditadura, existente há mais de 40 anos, fatora de uma relativa estagnação económica e de uma guerra colonial que, já, se revela sem solução militar. Ditadura essa que mal se questiona e que é um círculo fechado e duro para os seus opositores mais activos e se estende corrosivamente anestesiante para a grande maioria do povo português, parte do qual, e aos milhões, emigra na procura de «melhores dias».

A Coimbra de 69, durante a greve, é um lugar e um tempo de liberdade, um ponto de encontro de todas as tensões de uma sociedade em ebulição. Como noutros momentos, a juventude universitária exprime a revolta de um sector intelectual que, neste caso, se identifica com o sentir mais profundo do povo português. No âmbito da sua inserção social, a crise de 69 em Coimbra é uma ruptura cultural profunda, uma ruptura com

a Universidade vigente, com o ensino dominante que esta produz, com a selecção que aí se pratica, com o regime que a sustenta e que nela se exprime, com a sociedade que ela serve, com o sistema que a legitima.

E em Coimbra, então, pela primeira vez de modo indiscutível, o regime ditatorial na sua vertente marcelista demonstra a sua incapacidade de se auto-reformar, como alguns sectores, mesmo oposicionistas, timidamente admitiam.

Ora, a mobilização de massas em Coimbra atinge o núcleo fundador do regime forjando uma consciência de ruptura que, também ela, desagua no 25 de Abril de 74.



A lista proposta pelo Conselho de Repúblicas e pelos organismos autónomos recolheu o apoio da esmagadora maioria dos estudantes e venceu as eleições em Fevereiro de 1969

Pode dizer-se, então, que do Maio de 68 herdamos um protagonismo estudantil capaz de se assumir como realidade histórica, capaz de mergulhar numa busca de individualidade e realização pessoal não egoísta, apreendendo a recusa de modelos globais apriorísticos ou de classes portadoras da «salvação histórica», recriando um sentido do político em que a linguagem e a acção não se esgotam no acto ou na palavra cortante, ou agressiva, mas se refaz enquanto acção colectiva poética e lúdica.

2. A grande viragem que se verifica, então, em Coimbra tem a ver com a compreensão do «campus» de luta universitária não a partir, e centrado na associação de estudantes — com relevo particular para a luta pelas liberdades cívicas e, desde logo, pelo direito de associação e sua autonomia — mas transposto para a Universidade, para as turmas e os cursos, para a função da Universidade e natureza do ensino, o que, apresentando uma incursão pedagógica, acaba por se traduzir numa opção profundamente radical, uma vez que punha em causa a Universi-

dade, o ensino, o poder que esta servia e a sociedade de que esta é um elemento reprodutor fundamental.

Esta inversão estratégica, que recusava uma visão associativa da luta dos estudantes, e muito menos um processo de luta em que dominava a espiral reivindicação-repressão, privilegiava a capacidade de, pela pressão das «massas», obrigar o sistema a deixar de funcionar segundo a sua própria lógica, e, buscar as mediações capazes de fazer desabrochar a vontade de transformações radicais.

Esta opção estratégica que aspirava a assumir-se, e se assumiu, como perdurável movimento de massas, dissociou-se da visão aparentemente radical e de fogo-fátuo da palavra de ordem radical, muitas vezes esgotando-se em si mesma e no seu minoritarismo.

A unidade na acção, então, alcançada no terreno da luta de massas resultou de uma liderança colectiva, protagonizada pela Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, que soube aferir a todo o tempo o sentir da comunidade universitária.

A liderança de massas, capaz de construir essa unidade na acção, foi realizada, não só pela legitimidade representativa da direcção da AAC, mas, ainda pela sua capacidade em se articular com as instituições intermédias do exercício democrático — o Departamento Pedagógico (instância sedeadora de representação das Faculdades e Cursos) e os Cursos — e, pela ligação directa estabelecida com os estudantes, em geral, nas Assembleias Magnas.

As expressões minoritárias, sem serem limitadas no seu exercício, debatiam-se no terreno da luta de massas e, naturalmente, confrontavam-se com as lideranças e as opções maioritárias, a todo o tempo testadas.

Organização Estudantil

JOÃO CELSO CRUZEIRO:

# Coimbra 69 é expressão própria da luta dos jovens portugueses contra o regime e o sistema

1. Tanto não. Diremos, isso sim, que o movimento de Coimbra não só recolheu ideias e perspectivas do movimento francês como, numa análise comparada, se vê que percorreu um caminho semelhante. De resto, o problema não deve ser equacionado no sentido de perscrutar no movimento de Coimbra o mero reflexo do movimento da juventude francesa. Mas, ao invés, compreender que em Portugal se exprimiram nessa data, à dimensão própria do país, os conflitos políticos, ideológicos e culturais que opuseram a juventude europeia dos finais dos anos 60 aos modelos de desenvolvimento instituídos nas sociedades capitalistas ocidentais.



em forças sociais similares com projectos alternativos de teor semelhante.

De todo o modo diga-se que, até por razões de história cultural e de proximidade geográfica, o movimento de Maio de 68 em França influenciou, muito mais do que até hoje se tem dito, o movimento dos estudantes de Coimbra de 1969. Não é aqui o lugar próprio para definir os termos concretos dessa influência, que porém não deixaremos de fazer em sede própria. Mas, sumariamente, poderá dizer-se que a estratégia estudantil coimbrã assentou fundamentalmente num dos aspectos para cuja compreensão a crise de Maio mais contribuiu. Ou seja, a natureza de classe da Universidade e a função primordial que ela assumiu na conservação e desenvolvimento do sistema capitalista. O que importou definir a especial natureza da política reivindicativa a desenvolver contra ela visando transformá-la num agente da mutação social necessária. Transformação essa de perspectivas materiais tão radicais que implicavam, ao nível da sociedade,

de, a luta por um modelo, embora não definido, de alternativa global ao sistema. Por isso se tem dito, por vezes de uma forma simplista, mas sempre com manifesta razão, que a luta dos estudantes de Coimbra, em 1969, assentou numa perspectiva anticapitalista de luta pelo socialismo. Luta essa porém já demarcada dos modelos históricos conhecidos, cujos aspectos mais grotescos os fins da década de 50 e os primórdios da de 60 haviam já percursoramente demonstrado.

2. Não sei se os principais dirigentes do movimento não teriam as mesmas posições políticas. Se entendermos aquela expressão («principais dirigentes») como referida ao colectivo da Direcção-Geral da AAC, eu direi mesmo que, no fundamental, as suas posições políticas eram muito próximas. Tudo está em compreender que ter a mesma posição política é ter sobretudo, num dado momento histórico, a mesma visão estratégica que ilumine a transformação, pela prática, da fase que se vive numa outra que se pretende alcançar. Não é, ao contrário do que a experiência revolucionária portuguesa instituiu, recolher a mesma memória histórica e muitas vezes não o é pertencer ao mesmo partido político.

A direcção da crise de Coimbra, para além daquilo que o enraizamento nas massas criativamente permitiu avançar, repousou essencialmente em dois vectores teóricos fundamentais: por um lado, o trabalho teórico da chamada nova esquerda socialista europeia, inspiradora de formas inovadoras de combate ao sistema capitalista pela via da demonstração da sua irracionalidade global; por outro lado, ao trabalho crítico daquilo que eu chamarei o marxismo moderno,

levado a cabo por intelectuais e dirigentes operários no terreno e dentro dos quadros da esquerda marxista e leninista e que visava devolver ao movimento operário, camponês e intelectual a perspectiva da revolução não apenas como uma modificação de carácter económico, como um todo onde as componentes ideológicas e culturais assumiam não só um novo significado como também um novo papel histórico.

Por isso, no plano estratégico, não foi difícil a convergência. O mesmo já não direi no plano tático, onde de facto se revelaram por vezes choques e contradições de direcção no trabalho político de massas. Mas que se

ultrapassaram do único modo possível: pela resposta prática que a pressão da realidade obrigou a tomar.

No fundo pode dizer-se que a convergência se pôde materializar porque, embora com referenciais diferentes, como sempre se viu e agora no futuro talvez mais claramente se verá, nos encontrávamos porém todos empenhados, dentro dum campo comum mais vasto, no processo de renovação ideológica da esquerda em Portugal. Tarefa parcialmente adiada, é certo, mas longe de ter definitivamente soçobrado, conforme os acontecimentos políticos dos últimos tempos nos fazem avisadamente lembrar.

Organização Estudantil

# Movimento de massas superou efeito paralisador das divergências

ENSINO SUPERIOR/ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL/OPINIAO

2/3

1. A influência ideológica dos movimentos estrangeiros (aliás, não só do Maio francês, mas também, entre outros, da luta contra a guerra do Vietnam) existiu e foi muito importante, mas não concordo com a identificação, que é mistificadora. Ela ignora os antecedentes: as lutas académicas de Lisboa e Coimbra em toda a década de 60. Tende a negar a específica motivação anti-fascista e contra a guerra colonial do nosso movimento e a sua inegável ligação à luta da classe operária e do povo português. Oculta, ao sugerir um efeito de imitação, o «trabalho lento e paciente» de organização, agitação e formação ideológica (nomeadamente, por parte da organização clandestina do PCP) e as pequenas lutas, que foi necessário realizar nos anos anteriores, e também em 69, para se chegar a um movimento de massas tão alargado e combativo que conseguiu realizar com êxito uma greve aos exames, tal como haveria de conseguir fazer levantar todas as medidas repressivas impostas pelo governo fascista.

Não é por acaso que os grandes meios de comunicação social portugueses, com total falta de rigor histórico e de lisura intelectual, procederam à identificação abusiva dos movimentos estudantis portugueses do final da década de 60 com o «Maio de 68» francês. Nem é só devido ao «galicismo» incorrigível de alguns intelectuais da moda (se assim fosse, bastaria que acompanhássemos a boa gargalhada de Cardoso Pires em *Alexandra Alpha*).

A identificação pretende sustentar a tese (aliás também falsa no caso da França) de que tudo não teria passado de uma «rotura» juvenil com o Partido Comunista. Alberto Martins chegou mesmo a dizer em depoimento ao *Expresso* que a direcção do movimento foi feita «à margem» e «contra» o PCP.

Ora, isso não é, apenas, ofensivo para todos os (muitos) comunistas que a todos os níveis do movimento assumiram as suas responsabilidades. Tais afirmações são pura e simplesmente desmentidas pelos factos históricos: o PCP saiu reforçado da crise de 69, ao ponto de se ter convertido na força política e ideológica mais influente do movimento associativo e estudantil de Coimbra, desde então até ao 25 de Abril. Toda a gente o sabe.

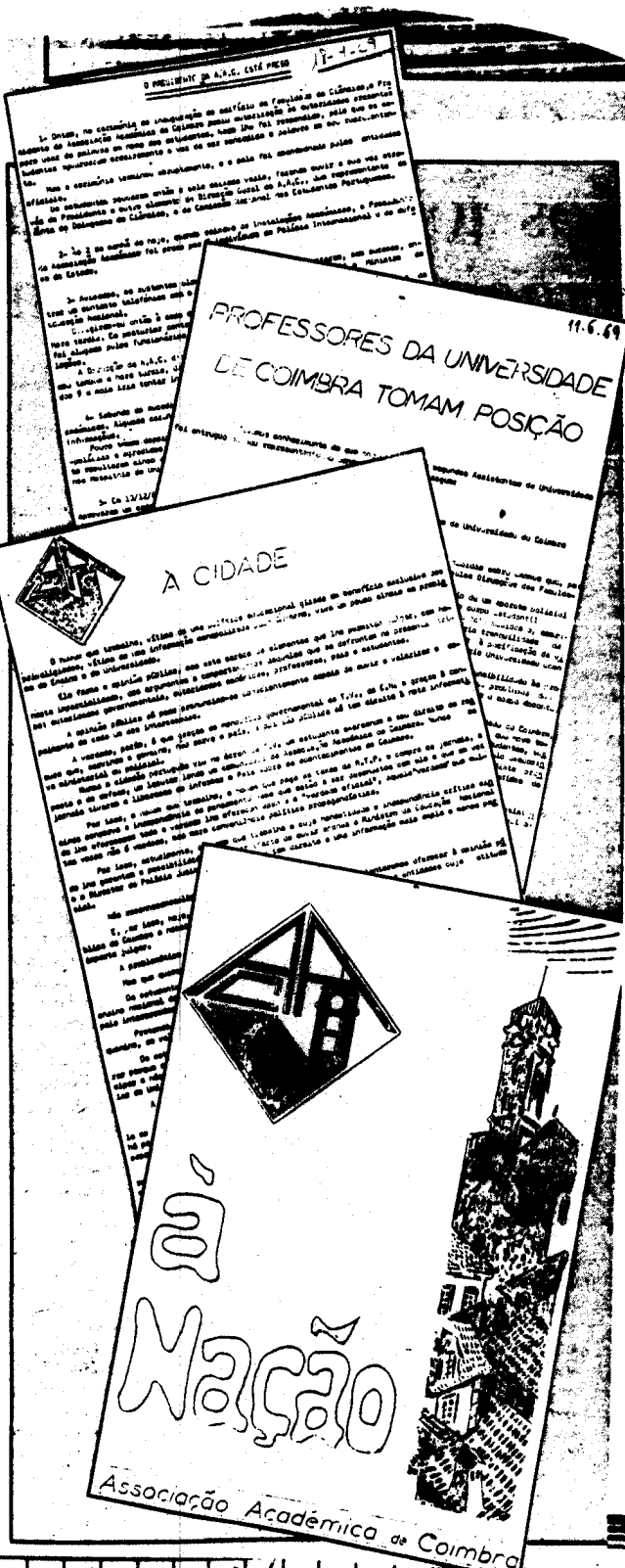


2. A refenda resposta de Alberto Martins ao *Expresso* sugere algumas das divergências centrais. Mas, significativamente, os que já então eram «contra» o PCP não tiveram condições (isto é, apoio) para clarificarem ideologicamente a sua postura. Se o tivessem feito, perderiam a influência junto da maior parte dos dirigentes e activistas. Pelo contrário, os que eram «contra» o PCP alimentaram longamente a ambiguidade (que não era fácil de desfazer em condições de falta de liberdade política). Hoje, reencontramos Alberto Martins preocupado em não passar «ao lado de uma grande carreira»... no PS, evidentemente! Não creio que fosse longe se tivesse dito isto em 69.

A resposta à pergunta é simples. O movimento caracterizou-se pela unidade dos estudantes; pela sua democracia interna a todos os níveis; pelo permanente debate sobre os objectivos e a tática; pela pressão da base, capaz de influenciar e, até, de alterar a orientação dos dirigentes. Foi um grande movimento de massas que superou qualquer efeito paralisador das divergências e que se enriqueceu da diversidade e do debate ideológico.

Foi, de resto, um movimento caracterizado pela coragem dos estudantes, que venceu tantos temores e tantos medos. Foi, deve dizer-se, um movimento que não teve «donos» ideológicos. E tudo isso fez a sua força.

Organiz. Estudiantil



MARIA FERNANDA DA BERNARDA:

## A crise de Coimbra não foi cópia de figurino na moda

1. A aproximação entre «Maio de 68» em França e a crise académica de Coimbra, de um ano depois, rodeia-se de grandes equívocos.

A crise de Coimbra, cujo tratamento tem sido arredado da discussão pública ao longo destes quase 20 anos, num claro propósito de lhe diminuir as dimensões e consequências, não foi a cópia de qualquer figurino em moda, como o não foram, por certo, as marchas de protesto contra a guerra do Vietname ou o movimento a favor dos direitos cívicos dos negros, na América do Norte.

A primeira diferença: as condições objectivas existentes nos dois países.

Portugal carregava desesperadamente com uma guerra colonial em várias frentes, que já atingira colegas nossos na Universidade. O regime fortemente policial, que então se vivia, era fonte de grande descontentamento. As farsas eleitorais, que desde 1958 se realizavam, agrediam os portugueses. A censura a todas as formas de expressão contrárias à classe política no poder, tornava-se cada dia mais ridícula.

Na França encontrava-se constituída uma República Parlamentar onde estas realidades se poderiam encontrar, talvez num museu!

Em Portugal, os professores expulsos da Universidade adquiriram projecção no estrangeiro o que vexava a própria Universidade.

Como referíamos no nosso programa eleitoral, «agonizante e demitida do seu papel de instrumento de cultura, a Universidade, entrincheirada no subdesenvolvimento económico e cultural, pactua com ele, demite-se também do seu papel de vanguarda que lhe caberia desempenhar, numa predisposta



teimosia de desbaratar o que de melhor possa existir, porventura, no património nacional».

Entretanto, Coimbra passara já por duas crises estudantis que culminaram pelo encerramento da Associação Académica e a instalação de Comissões Administrativas, não eleitas, o que afrontava os direitos dos estudantes.

Simultaneamente assistia-se durante a década de 60 a uma autêntica explosão de novos valores, com manifestação em todos os campos, que punha em causa tudo o que o pós-guerra tentara produzir.

É neste contexto mundial e nacional que a lista do Conselho de Repúblicas se impõe até à vitória eleitoral, sobre uma outra lista patrocinada por aqueles que hoje aparecem derramando lágrimas por não terem sabido viver aquela época tão importante.

As linhas de acção da lista do CR com o lema «Para uma Universidade Nova» focaliza o movimento estudantil para dentro das Faculdades, dinami-

zando os cursos, provocando uma autêntica viragem dentro da própria Universidade. Se os estudantes deveriam estar representados em todas as instâncias onde se decidisse da vida da Universidade, uma vez que esta encontrava a sua razão de ser nos mesmos estudantes, era natural que o presidente da Direcção da AAC pedisse a palavra no acto inaugural do edifício das Matemáticas da Faculdade de Ciências. E deveria ser natural que Américo Tomás lhe concedesse!

Pelo punho de José Hermendo Saraiva, ministro da Educação de Marcelo Caetano, são suspensos de todas as Faculdades do País nove estudantes, entre os quais os elementos da Direcção-Geral.

Desencadeia-se uma luta de resistência a estas medidas pela greve às aulas e posteriormente pela greve a exames, durante os meses de Junho e Julho. Solidariedade e «ou vão todos a exames ou não vai nenhum» são as palavras com que convivemos durante aquele período. Os estudantes encontram por todas as formas meios para impedir a repressão policial e cativar a população da cidade para a razão da sua luta.

Não existem barricadas nas ruas, incêndios de automóveis, nem a intenção de derrubar o governo. Os partidos políticos não saem à rua — estavam na clandestinidade. A Universidade não é fechada, mas são os estudantes que não a utilizam. Ocupam a rua não para defrontar a polícia mas para a exasperar, com desfiles de flores e balões que a população aplaudia das janelas. Capta-se a frequência da emissão da própria polícia, os traidores ou fura-greves têm os seus retratos pregados nas portas de casa e nas árvores dos jardins. A

«imaginação sobe ao poder» com estratégias e táticas diferentes.

O movimento alastra mas, apenas, para o sector intelectual, as eleições para a Assembleia Nacional aproximam-se, nova encenação e Hermendo Saraiva já não consegue convencer. Cada intervenção sua na televisão provoca novas adesões ao movimento.

Tudo está posto em causa, até os docentes da Universidade estão divididos.

Os estudantes têm consciência de que nada voltará a ser como dantes e que abalaram a Universidade, agrediram o Governo e as suas polícias.

O afrontamento de Maio de 68 não tinha condições para se revelar em Coimbra.

As formas de luta adoptadas em Coimbra passaram por pôr em prática outras táticas, a fim de permitir colocar ao lado dos estudantes mais conscientes, os indecisos, os professores mais lúcidos e a população não-estudantil. Embora, para alguns, a luta parecesse «recuada», continuo a entender, a 20 anos de distância, que estávamos certos.

Partindo todos quase do mesmo ponto permitiu-se, sem rupturas, que dentro do próprio movimento, os estudantes fossem reflectindo em simultâneo e escolhessem livremente onde pretendiam chegar. A partir daqui o movimento tornou-se irreversível, homogêneo com os seus dirigentes, onde todos se sentiam participantes, ainda hoje, de terem vivido uma luta, das mais importantes, da história da resistência em Portugal.

O serviço militar, prestado compulsivamente por 49 estudantes, a quem Marcelo quis castigar, vai permitir-lhes um contacto muito estreito com os

Organiz. Estudantil



As felíssimas cacas monumentais: ocupadas pelos estudantes no dia 17 de Abril de 1969; interditas aos estudantes pela GNR em Junho do mesmo ano, durante a greve a exames

eu dou-lhes a Reforma!



militares mais lúcidos do Exército.

Aquele número há a juntar as centenas de estudantes que, por perderem o ano lectivo, não viram prorrogados os seus adiamentos de incorporação. Daí a cinco anos aconteceu o 25 de Abril.

2. Os anos sessenta caracterizaram-se, também, pelas grandes discussões ideológicas na esquerda intelectual.

O fraccionamento dos Partidos Comunistas europeus nos chamados «pró-soviéticos» e «pró-chineses», a invasão da Checoslováquia, a posição da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN) face aos acontecimentos nacionais, o aparecimento do Partido Socialista, a ruptura na CDE e o aparecimento da CEUD concorrentes às eleições, quebraram o tradicional monolitismo político existente até 1962.

Todo este fervilhar de ideias tem reflexos no movimento estudantil, considerando que a cada posição correspondia uma estratégia diferente. Os dirigentes estudantis, e neles engloba também os delegados e respectiva Junta de Delegados de cada Faculdade, tinham um conhecimento perfeito do que se passava no movimento comunista internacional.

Nas bibliotecas das Repúblicas e de muitos estudantes podíamos encontrar todas as obras de autores que, vindos principalmente de França, da-

vam conta deste panorama. Contudo, exigiam os estudantes, e para tal contribuíram os seus dirigentes, que a regra da democracia não fosse torpedeada. E não foi.

A Assembleia Magna, órgão decisório máximo da Academia, poderia assistir ao debate das várias posições sobre determinado assunto, sendo certo que, após a votação, a posição vencedora era criteriosamente acatada pelos estudantes.

A Direcção da Associação dizia com frequência que apenas era executora da vontade expressa em Assembleia Magna. Só outra Assembleia poderia alterar o que entretanto fora decidido.

Esta prática transparente dos dirigentes estudantis, a confiança que os estudantes lhe depositavam, a vitória do próprio movimento afastaram a exposição pública de muitas divergências indo ao ponto de as esbater.

Sem demagogia penso, mesmo, que esta aprendizagem da democracia da geração de Coimbra perdura, ainda hoje, se olharmos o percurso de vida escolhido pelos estudantes mais empenhados.

E voltamos, sempre, a encontrar-nos em todas as situações, mesmo as mais difíceis, se o percurso político deste País nos obriga a tomar uma posição firme ao lado dos valores por que sempre lutámos. Talvez a capacidade de sonhar ainda não tenha desaparecido.

Organiz. estudantil

OSVALDO SARMENTO E CASTRO:

# Coimbra 69 foi luta de massas estudantis encabeçada por jovens dirigentes

1. Há diferenças substanciais entre o Maio 68, em França, e a «crise académica coimbrã de 1969». Seria, no entanto, tergiversar sobre a história ignorar os inúmeros pontos de contacto entre esses momentos tão próximos em datas. É certo que parece hoje inquestionável que o Maio 68 se saldou por uma derrota política dos estudantes franceses, pese embora o inofensível contributo que a nível da prática de luta de massas vieram trazer aos movimentos associativos estudantes europeus seus contemporâneos e posteriores. É hoje evidente, basta atentar em recente série televisiva da responsabilidade de um dos dirigentes mais destacados de Maio-68 — Daniel Cohn-Bendit —, que a direcção do movimento estudantil francês não era unívoca na teoria, podendo mesmo distinguir-se na sua condução da luta um certo pendor immediatista, fruto do vazio tórico que, à míngua de estratégia, teorizava a não programação, o espontaneísmo, a não definição de objectivos, a inorganicidade. Tal veio a custar caro aos estudantes franceses e explica o abreviar de uma luta pujante que, a não ser conduzida, como o foi, para um beco sem saída, mercê do radicalismo ingénuo e anarquista de fatia importante dos seus dirigentes, poderia ter originado profundas transformações na consciência social e cultural da Europa dos fins dos anos 60. Ora, verdade seja, que tais aspectos de suma importância foram tidos em conta pela geração estudantil que dirigiu a luta em Coimbra. Porém, Coimbra 69 tem de Maio 68 a referência da festa na luta, da fraternidade, da solidariedade sem medida, da sábia ocupação das ruas, do alargar sempre crescente da adesão das massas estudantis para formas de luta superiores. E nessa medida ter 20 anos em Nanterre não seria muito diferente dos mesmos 20 anos na velha Coimbra.

E no entanto, apesar da profunda diversidade de condições objectivas, a crise coimbrã de 1969 veio saldar-se por claras vitórias no terreno político. É inegável que obter a adesão consciente e reflectida de 86 por cento dos estudantes numa greve a exames, enfrentando todo o tipo de pressões, chantagens e ameaças, obrigar o governop fascista de Marcelo Caetano a recuar sobre os próprios passos no tocante ao desenfreado rol de sanções, punições e formas sofisticadas de repressão, de que a

incorporação compulsiva no exército colonial não era a menor, constituíram pontos altos de vitória, marcadamente se se atentar que o fascismo português, apesar de crescentemente isolado interna e internacionalmente, ainda ensaiava com a manobra da «demagogia liberalizante» uma saída de recurso para evitar o inevitável, regressando de novo e com igual ferocidade à repressão sem freio e sem lei.

Na França do capitalismo monopolista de Estado, os estudantes por além da contestação à Universidade como superestrutura e dos valores institucionais e ideológicos subjacentes, viam debaixo da estulta pretensão de derrubar o governo pela força das barricadas, tal como o afirmou celebradamente Cohn-Bendit na entrevista pública da Sorbonne que concedeu a Sartre. Ora, em Coimbra, contrariamente, os estudantes sempre tiveram muito em conta a realidade concreta, assim rejeitando objectivos impossíveis à luta estudantil, do mesmo passo que contrariavam todo o verbalismo quimérico ou a liderança de feição radical por parte das «minorias activas». Aliás, sempre se dirá que consistiu num dado estratégico novo, ou pelo menos substancialmente diferente de crises anteriores, a manifesta condução da luta na base de formas diversificadas, criativas e inovadoras tendentes a nunca permitir a separação dos dirigentes das largas massas estudantis, sem abdicar da natural função de direcção. Ou seja, Coimbra 69 não foi uma luta de dirigentes, mas antes uma luta de mas-

sas estudantis encabeçada por jovens dirigentes. E tal aprofundamento estratégico e maleabilidade tácticas vieram a constituir um poderoso referencial ético para as gerações de jovens que então também enfrentavam a

questão enorme da guerra colonial. Daí ser honrosamente saboroso ouvir dizer, porque verdadeiro, a alguns militares de Abril que a partir da crise de 1969 tudo foi diferente nos quartéis da guerra.

A crise coimbrã de 1969 foi um contributo, seguramente modesto, mas imperecível para desencadear a vitória de Abril. Obviamente, recolhendo toda a experiência acumulada de lutas estudantis anteriores e acompanhando as lutas da classe operária, em nítido ascenso nos primeiros meses de 1969, bem como todo o movimento político da oposição democrática. Ou seja, a crise académica coimbrã foi uma etapa globalmente vitoriosa no processo de resistência que movimentou vastas camadas populares na luta contra o fascismo. Mas apenas isto, e por tal se distinguirá dos objectivos irrealistas e inconcretos de Maio 68.

2. Creio que a pergunta, naturalmente, reflecte muito mais a postura política dos anos 80 que

a dos idos de 69. Dado o carácter amplamente democrático e participado do tipo de direcção que a crise de 69 teve, obviamente que sempre surgiram pontos de vista estratégicos e especialmente concepções tácticas diferenciadas. E tal esteve sempre à vista de todos os estudantes. Porém, sem causar qualquer tipo de perturbação essencial à estratégia definida programaticamente com vista às eleições para a AAC, que se tinham realizado em Fevereiro de 1969 e nas quais a lista do Conselho de Repúblicas derrotou esmagadoramente a direita estudantil com uma votação superior a 75 por cento. Ou seja, face à definição muito clara de objectivos em torno dos interesses imediatos dos estudantes entrelaçados com os objectivos mais longos de pôr em causa decrépita Universidade e a sociedade caduca e reaccionária que a suportava, a unidade entre pontos de vista políticos diferenciados não era difícil, até porque tais diferenças partiam sempre de referências que eram então muito próximas nas questões essenciais. Só isso explica a

enorme onda de solidariedade nacional por parte de toda a Oposição Democrática, sem distinções, de sectores importantes da classe operária e dos mais destacados intelectuais portugueses. Tratou-se de uma luta em que a unidade foi fácil, até pela importância que assumiu. De tal modo que a então única força política organizada — o PCP — disse dela na «resolução do CC do PCP sobre a situação política», em Agosto de 1969:

«A luta dos estudantes é um grande movimento de massas. Não é condescender com as pretensões dirigistas do radicalismo pequeno-burguês, afirmar que os estudantes se encontram nas primeiras linhas da luta contra a ditadura fascista, e em diversos momentos e iniciativas, não só nas primeiras mas na primeira. As grandes lutas de Coimbra são porém o acontecimento maior deste período de luta estudantil... A luta dos estudantes de Coimbra excedeu o âmbito estudantil e apareceu justamente aos olhos da opinião pública como uma grande batalha política».

Organização  
Estudantil

RUI NAMORADO:

# Em Coimbra adoptámos o «reformismo revolucionário» na condução da luta

1. Julgo que a crise universitária de Coimbra de 1969 teve, para quem a viveu, um significado paralelo ao que teve o Maio de 68 francês para os seus protagonistas.

Mesmo filtrada pela censura, a informação do que se passou em França foi suficiente para estimular a reflexão de muitos estudantes sobre as questões centrais da sociedade em que viviam e para lhes mostrar que podiam estar no centro das tempestades.

Mas se foi com atenção e grande disponibilidade intelectual que muitos quadros estudantis encararam o Maio de 68, esteve-se longe de o pretender reproduzir em Coimbra. E pode dizer-se que fomos mais influenciados pelo conteúdo das suas propostas, do que pelos seus métodos e formas de acção.

De facto, já então a luta estudantil era para nós um combate que só teria verdadeiro sentido, se a maioria dos estudantes o assumisse como seu. Estávamos longe da ideia de uma luta radical e exemplar que se desenrolasse sem o empenhamento da grande maioria dos estudantes. Radicais nos objectivos, éramos adeptos (nós, os que nos identificávamos com a estratégia estudantil hegemónica) de um gradualismo dinâmico no processo de luta; seguíamos aquilo que se podia (e pode) chamar um «reformismo revolucionário».

2. A pergunta reflecte uma visão que não partilho. Para mim, durante a crise a direcção do movimento foi a Direcção-Geral da AAC (Associação Académica de Coimbra), a qual não esteve dividida internamente em nada de significativo. A convergência verificada durante a crise resultou da hegemonia estratégica da Direcção-Geral da AAC, parte



integrante de um dos sectores da esquerda estudantil.

Mas este meu ponto de vista, para poder ser compreendido e avaliado, exige uma explicação, que procurarei dar, sabendo que irei ser forçosamente esquemático, dada a forma sintética a que as circunstâncias me obrigam.

Em Coimbra no fim dos anos 60 cristalizaram-se, em sectores bem demarcados, as correntes da esquerda estudantil que antes exprimiam, fundamentalmente, opções tácticas distintas e estilos de acção diferenciados.

Mas cada um desses blocos, onde se combinava alguma organização e alguma informalidade, não era designado por qualquer denominação política. Reflectindo o «estilo académico de Coimbra» e, talvez, uma certa ideia de protecção em face da curiosidade perigosa da polícia política, cada um dos sectores era designado por uma espécie de nome de guerra: os «CR's» eram os que se agrupavam em torno do Conselho das Repúblicas; os «IB's», referenciados a um estudante que aparentemente liderava essa facção, podiam conside-

rar-se os associativos clássicos; os «CONTESTAS» eram uma pequena franja, com inclinações esquerdistas, que então apenas começava a despontar.

Nestes últimos, a presença mais visível era a dos «trotskistas» e era na Faculdade de Letras onde se notava alguma influência sua. Quanto aos «IB's» representavam no plano estudantil a linha oficial do PCP, tendo algum peso nas estruturas de Faculdade ao nível dos cursos, embora sem hegemonizar qualquer delas. Os «CR's», sendo relativamente heterogêneos em termos da política global, eram claramente anti-estalinistas e integravam muitos socialistas de esquerda de formação marxista, defendiam um movimento estudantil não subordinado a uma direcção externa e radicado no tecido académico coimbrão.

O processo de cristalização destes blocos foi acelerado a partir de Janeiro de 1968, quando foi escolhida pelo Conselho das Repúblicas e pelos Organismos Autónomos (TUNA, TEUC, CITAC, CORO MISTO e CORAL DAS LETRAS) uma Comissão Pró-Eleições (da qual faziam parte Carlos Baptista, Celso Cruzeiro, Jorge Aguiar, Jorge Strecht, Osvaldo Castro, Pio Abreu e eu próprio) que passou a dirigir a luta contra a Comissão Administrativa, que o Governo de Salazar havia imposto à AAC em 1965. A Comissão Pró-Eleições (CPE) tornou-se na direcção de facto do movimento estudantil em Coimbra até às eleições para a AAC em Fevereiro de 1969 e contribuiu para dar uma maior consistência ao bloco «CR», no qual praticamente toda ela se inseria. A hegemonia deste bloco no quadro do movimento estudantil foi expressa e reforçada pela lista de esquerda que venceu as eleições na AAC em Fevereiro

de 69, a qual era integrada, na sua quase totalidade, por «CR's», o que acontecia com os seis elementos eleitos para a direcção-geral da AAC (Alberto Martins, Celso Cruzeiro, Fernanda da Bernarda, José Gil Ferreira, Matos Pereira e Osvaldo Castro).

Mas é imprescindível recuar alguns meses, até Setembro de 1968, para nos aproximarmos das raízes de todo este processo.

Logo no começo desse mês, antes de Salazar cair da cadeira, a CPE promoveu na República dos Pyn-Güyns uma reunião de quadros do sector «CR», de carácter reservado, para discutir as questões globais do movimento estudantil em Coimbra e esboçar os vectores essenciais de uma nova estratégia.

Decidiu-se constituir uma organização clandestina de quadros estudantis pertencentes à área do «CR», destinada a dar uma maior consistência política a este bloco e a intervir no movimento estudantil como entidade animadora capaz de traçar as grandes linhas de rumo. Paralelamente, foi aprovada uma nova estratégia para o movimento estudantil em Coimbra, que afloraria com nitidez pouco depois no programa da lista do CR candidata às eleições da AAC, cujo título era precisamente a expressão com que havíamos designado a nova estratégia: «Para uma Universidade Nova».

Esta organização, que contava com cerca de 40 estudantes, reunia-se quase sempre em plenário em certas Repúblicas, debatendo as questões mais importantes e as grandes directrizes. Mas os seus membros não estavam obrigados a qualquer disciplina. Mesmo depois de maioritariamente adoptada uma posição, os seus membros eram livres de, em última instância, agirem de acordo com a sua convicção pessoal. Não havia actas, não havia comunicados, não havia sequer uma sigla política (Entre os seus membros circulava contudo uma espécie de «alcunha»: a «Congeminação», ou abreviadamente o «Conge»). Nunca fomos detectados pela polícia, embora tenhamos estado no centro da tempestade.

A Direcção-Geral da AAC eleita em Fevereiro de 69, tinha pois um apoio sólido nas Repúblicas e nos Organismos Autónomos, dispondo ainda do «Conge». Foi assim que os «CR's» asseguraram a hegemonia programática e estratégica durante a crise. No plano táctico, tiveram também importância

Oaginiz. estudant

RECORTES DE IMPRENSA

ENSINO SUPERIOR/ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL/OPINIAO

as estruturas de Faculdade, sendo certo que, em última instância, pesava a opinião da Direcção-Geral da AAC, cujo prestígio junto dos estudantes era enorme. Em termos operacionais, com o desenvolvimento da crise assistiu-se a uma verdadeira explosão de criatividade, em que cada estudante se sentia verdadeiramente protagonista, porque cada estudante se arriscava a si próprio. Neste aspecto, os quadros de qualquer dos três sectores tiveram papel activo; e evidentemente muitos outros estudantes que, não se reconhecendo expressamente em qualquer dos blocos, aderiram à dinâmica global do movimento, aos seus vectores principais.

Dir-se-á que deixei na sombra demasiadas raízes. É possível. Posso talvez, obviar parcialmente a isso, explicando o sentido e a lógica que para mim tinham as posições dos «CR's», bloco em que me integrava.

Uma experiência associativa, de muitos de nós (eu, por exemplo, tendo-me licenciado em Julho de 68, havia já sido expulso da Universidade de Coimbra na crise de 1962), tornou-nos críticos fundamentalmente do velho associativismo estudantil. Tornámo-nos alérgicos a qualquer vanguardismo que isolasse os activistas dos estudantes comuns, adquirindo a convicção de que o eixo da estratégia estudantil tinha de se deslocar da Associação para a Universidade, o que representava um salto qualitativo em relação ao activismo pedagógico, que coexistia instrumentalmente com o associativismo, na óptica «clássica».

Na Universidade jogava-se o essencial da condição estudantil e o nosso futuro, pelo que a AAC, sendo um instrumento insubstituível, um apoio logístico indispensável, não podia ser, em si mesma, um objectivo final. Deixámos de falar em movimento associativo, falávamos, sim, de movimento estudantil. Mas queríamos agir no seio de uma academia que sabíamos específica, de uma comunidade estudantil especial, pelo que cuidávamos do nosso enraizamento no meio académico como condição indispensável de qualquer êxito. Por isso, nos recusámos a aceitar a mínima subordinação a qualquer direcção estudantil nacional, a qual poderia não ser mais do que um artifício para facilitar a influência de centros de decisão exteriores aos estudantes.

Evidentemente, não estávamos alheados do País e do mundo. Simplesmente, recusávamos a politização imediatista vocacionada para rotas de colisão com o poder, logo nos primeiros passos de um processo de luta. Queríamos que, quando a colisão surgisse, perante o poder não estivesse um punhado de activistas isolados, prisioneiros da sua Associação (como já acontecera), mas sim milhares de estudantes numa postura tal que toda a Universidade ficasse envolvida (o que aconteceu em 1969).

Queríamos ir à raiz das coisas, defendendo uma Universidade tão nova que só uma sociedade radicalmente diferente fosse capaz de comportar. Julgávamos ser mais fácil e autêntico que muitos estudantes, solidários com a novidade que nós queríamos para a Universidade, acabassem, por si próprios, por querer também uma sociedade realmente nova. Éramos contra a pregação associativa aprisionada no quadro cinzento do mero antifascismo.

Excedi-me, talvez, na extensão do que disse, mas mesmo assim estive longe de dizer tudo o que queria. Espero ter mostrado a minha visão das coisas, a lógica que julgo ter sido o vector da crise. Fica por fazer a história completa do que se passou.

organiz. estudantil